

# UMA REFLEXÃO SEMIÓTICA SOBRE A “EXTERIORIDADE” DISCURSIVA

Diana Luz Pessoa de BARROS<sup>1</sup>

- RESUMO: A semiótica discursiva não trata a “exterioridade” discursiva como “exterioridade”, ou seja, como algo exterior ao texto ou ao discurso, mas não deixa de examinar, sob outro prisma e com outros nomes, aquilo que, em outros quadros teóricos, é denominado “exterioridade”. Para a semiótica, as relações histórico-sociais, que participam da construção dos sentidos dos textos, podem ser examinadas, metodologicamente, de três formas: pela análise da organização linguístico-discursiva dos textos, em especial de seus percursos temáticos e figurativos; pelo exame das relações intertextuais e interdiscursivas que os textos e os discursos mantêm com aqueles com que dialogam; pela relação entre duas semióticas, a do mundo natural e a das línguas naturais, que deve ser observada não no nível das palavras e das coisas, mas no das unidades elementares de sua constituição.
- PALAVRAS-CHAVE: Semiótica discursiva. Determinações histórico-sociais. Temas e figuras. Interdiscursividade e intertextualidade. Semiótica do mundo natural.

## Considerações iniciais

Convidada a participar de uma mesa-redonda<sup>2</sup> em que estudiosos do discurso discutiram, a partir de perspectivas teóricas diversas, os diferentes tratamentos dados à questão da “exterioridade”, procuramos reunir trabalhos, análises e exemplos em que, em estudos anteriores, aproximamo-nos do tema, para apresentar uma reflexão mais sistematizada sobre a “exterioridade” do discurso, no quadro teórico da semiótica discursiva de origem francesa.

Três observações preliminares devem ser feitas:

– o termo “exterioridade” não faz parte da metalinguagem semiótica, mas pertence ao campo da Análise do Discurso Francesa (AD), em que o texto, considerado na perspectiva do discurso, tem relação “com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer).” (ORLANDI, 1998, p.54);

– a semiótica discursiva não trata a “exterioridade” discursiva como “exterioridade”, ou seja, como algo exterior ao texto ou ao discurso, mas não

---

<sup>1</sup> UPM – Universidade Presbiteriana Mackenzie. Centro de Comunicação e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras; USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Linguística. São Paulo – SP – Brasil. 01405-002 – dianaluz@usp.br.

<sup>2</sup> Mesa-redonda organizada por Freda Indursky, no CELSUL, em Porto Alegre.

deixa de examinar, sob outro prisma e com outros nomes, aquilo que, em outros quadros teóricos, é denominado “exterioridade”, pois, para a teoria semiótica, os procedimentos que constroem os sentidos de um texto são de dois tipos: procedimentos linguístico- discursivos e relações com a sociedade e a História;

– as origens da teoria semiótica nos estudos de Saussure, Hjelmslev, Propp, Lévi-Strauss, Merleau-Ponty explicam a preocupação da teoria com os sentidos construídos nos textos e discursos e o “apagamento”, no discurso fundador, de questões teóricas e de objetos de análise, tais como a oralidade, a enunciação, o plano da expressão e o contexto, recuperados, porém, nos caminhos a seguir compreendidos.

Muitas das críticas que a teoria recebeu e continua a sofrer são, assim, as de que se trata de uma proposta reducionista e a-historicista, voltada apenas para o exame da estruturação dos textos e discursos. São críticas que só se justificam pelo desconhecimento da teoria e dos rumos por ela assumidos em seus quase 50 anos.

Para a semiótica, as relações histórico-sociais, que participam da construção dos sentidos dos textos, podem ser examinadas, metodologicamente, de três formas:

– pela análise da organização linguístico-discursiva dos textos, em especial da semântica do discurso, isto é, de seus percursos temáticos e figurativos, que revelam, de alguma forma, as determinações histórico-sociais inconscientes;

– pelo exame das relações intertextuais e interdiscursivas que os textos e os discursos mantêm com aqueles com que dialogam;

– pela relação entre duas semióticas, a do mundo natural e a das línguas naturais (ou mesmo outros sistemas semióticos), que, no dizer de Greimas (1970, p.52-56), deve ser observada não no nível das palavras e das coisas, mas no das unidades elementares de constituição dos dois sistemas de significação.

### **Temas e figuras do discurso: determinação ideológica inconsciente**

Segundo Fiorin (1988, p.1-19), a semântica discursiva depende mais diretamente de fatores sociais, apresenta-se como o campo da determinação ideológica inconsciente, e é o nível em que as determinações sócio-históricas e ideológicas ocorrem de forma mais cabal. . Temas e figuras constituem a semântica discursiva: os temas são os conteúdos semânticos tratados de forma abstrata, e as figuras, o investimento semântico-sensorial dos temas. Os temas e figuras são determinados sócio-historicamente e trazem para os discursos o modo de ver e de

pensar o mundo de classes, grupos e camadas sociais, assegurando assim o caráter ideológico desses discursos. Alguns exemplos ajudarão a perceber a questão.

Vamos retomar dois exemplos de estudos anteriores, o primeiro, extraído de nossa tese de livre-docência (BARROS, D., 1985) e de um artigo sobre publicidade e figurativização, publicado na Revista *Alfa* (BARROS, D., 2004, p.12-13); o segundo, da análise (BARROS, D., 2002, p.51-52) de parte de um ensaio de Roberto Pompeu de Toledo (1996), *Pode deixar o carro aí mesmo, doutor*.

Na nossa pesquisa de livre-docência sobre redações de vestibular (BARROS, D., 1985), cujo assunto foi o de uma festa de desconhecidos, a análise dos textos mostrou o desenvolvimento de dois grandes temas nas redações dos jovens pertencentes às camadas médias da população (pequena burguesia tradicional e assalariada): o da família e o da ascensão social. Observe-se que cerca de 80% dos vestibulandos pertenciam às camadas médias.

O tema da família é, na verdade, o da passagem, em geral mal sucedida, à idade adulta, ou seja, passagem da dependência familiar infantil e adolescente à independência do adulto. Nas redações, o jovem das camadas médias sai do aconchego do lar, levado por um amigo, e para fazer novas amizades que, aos poucos, libertem-no do estreito círculo familiar. No entanto, ele, em geral, decepciona-se com esses amigos, velhos e novos, e volta à proteção da família, que nada exige, ou introduz os novos companheiros na rotina familiar, muitas vezes por meio da composição, pelo casamento, de um novo núcleo familiar.

O tema da ascensão social é, por sua vez, o da passagem do vestibulando da camada média a que pertence à “vida e festa de rico”, mudança de classe que o jovem vestibulando deseja e em que mostra acreditar.

Os dois temas fazem parte do que Décio Saes (1985) chamou de “consciência média” no Brasil. Os traços mais característicos dessa “consciência média” são: o medo da proletarização (decorrente da oposição entre o trabalho manual e o não manual), a ideologia da competência (a partir da justificativa da divisão social do trabalho pelos dons inatos e méritos adquiridos graças à escolaridade) e o desejo de ascensão social (ou de passar de produtor a consumidor). A esses elementos mais característicos, somam-se outros traços definidores das camadas médias no Brasil, tais como o autoritarismo, a defesa das instituições, como a família e a religião, e a moralização, entre outros. É fácil perceber que valores determinam os temas repetidos à exaustão nas redações.

Em relação às figuras, observe-se, como exemplo, que houve nas redações duas grandes organizações figurativas, a da casa e a da festa. Para cobrir o tema da família, a figura da casa, com a mãe e o pai, é aconchegante, pequena, macia, silenciosa, gostosa, quente, cheirosa, enquanto as figuras da festa têm cheiros

desagradáveis (fumaça, cigarro, drogas), gostos estranhos e amargos, são inóspitas, imensas ou apertadas, barulhentas, muito claras ou muito escuras.

No tema da ascensão social, por sua vez, a festa tem belas mulheres, muito luxo, pratos finíssimos, canapés, bebidas estrangeiras, mansão no Morumbi, piscina, um batalhão de empregados – governanta, copeira, garçons, porteiro, mordomo, manobrista. Não são festas com cachorro-quente, sanduíches ou churrasco, no fundo do quintal. São festas das novelas da televisão, que o vestibulando, das camadas sociais médias, não frequenta e que figurativiza com dificuldade, pela falta de mais informações, mas de que gostaria de participar.

As figuras tanto as da casa quanto as da festa são, tal como os temas que recobrem, também estereotipadas e determinadas pelos valores das camadas a que pertencem os vestibulandos. Esse fato pode ser mais bem observado se forem examinadas, separadamente, as redações dos vestibulandos que não pertencem às camadas médias da população, ou seja, dos 20% restantes (mais ou menos 14% da alta burguesia e 6% do proletariado). Essas redações não desenvolvem o tema da ascensão social. Em seu lugar, apresentam o da luta de classes.

O exame das redações mostra claramente a determinação sócio-histórica e ideológica dos discursos e, especificamente, a de seus percursos temáticos e figurativos, e aponta ainda ou principalmente o caráter inconsciente dessas determinações.

No segundo exemplo, analisa-se a parte que segue do ensaio *Pode deixar o carro aí mesmo, doutor* (TOLEDO, 1996, p.142):

Lá vem o grão-senhor em seu ginete. Ploc, ploc, ploc. Ouve-se o som do galope, ploc, ploc, cada vez mais próximo. Agora ele diminui a velocidade, ploc, enfim chega à porta do castelo. Então salta da montaria e enfiase direto castelo adentro -- claro que não se preocupa em amarrar o cavalo, menos ainda em desatrelá-lo. Não são coisas para pessoa de sua categoria. Quando chegou, o serviçal ao qual se dá o nome de palafreireiro, ou cavaleiro, ou estribeiro, já estava a postos para executar o serviço. Da mesma forma, quando o senhor voltar a sair, lá estará o criado, presto, com o ginete no jeito para que as augustas botas não se deem ao trabalho de outro passo senão galgar o estribo. Hoje o nome do palafreireiro é manobreiro, ou manobrista. Manobreiro no Rio de Janeiro, manobrista em São Paulo. Os tempos mudaram, e com eles os trajes e muitas outras coisas. Os castelos rareiam, como habitação, e os animais perderam terreno, como meio de transporte, mas no país chamado Brasil o equivalente do palafreireiro continua firme e forte, à porta dos restaurantes. “Boa tarde, doutor, pode deixar aí mesmo.” O doutor larga o carro onde lhe for de maior conforto. O manobrista (ou manobreiro) cuida do resto.

O tema, no texto citado, é o do atraso medieval do Brasil, em que se mantêm as desigualdades sociais e em que triunfam o interesse individual sobre o coletivo. O tema tem duas coberturas figurativas, que se relacionam metaforicamente: a do grão senhor, do castelo, do cavalo, do criado, das botas, do palafreireiro; a do manobrista, do doutor, do carro, do restaurante. O tema e as coberturas figurativas da semântica discursiva mostram que, nesse lugar discursivo, ocorrem, fortemente, as determinações ideológicas da linguagem. Opõem-se no ensaio dois discursos: o do direito ao privilégio da classe social dominante, o do caráter medieval e burro de uma elite que não se atualizou. A escolha desse texto como exemplo deveu-se, sobretudo, ao fato de o ensaísta nele explicitar a determinação ideológica dos discursos, como pode ser percebido, com clareza nas suas considerações finais:

Na verdade, a causa das causas, a origem de tudo, para além do dono do restaurante e da pobre figura do moderno palafreireiro, é uma certa maneira de ser – é a cabeça de um senhor (e uma senhora) acostumado(a) a ser servido(a) e assistido(a) nas atividades mais simples, mesmo que isso cause prejuízo e transtorno a terceiros. A manobra que se vê na porta dos restaurantes tem origem em hábitos tão entranhados na vida dos brasileiros mais ricos que lhes parecem naturais como a água que bebem, ou o ar que respiram. (TOLEDO, 1996, p.142).

## **Diálogos entre textos e discursos**

O segundo modo de a semiótica examinar as relações entre texto e contexto é considerá-las como relações intertextuais ou interdiscursivas. Mantém-se o mesmo quadro teórico, já que são sempre textos que estão em exame, com duas decorrências: não se juntam perspectivas teoricamente contraditórias, e o analista do texto e do discurso tem a segurança teórica e metodológica advinda do fato de que com os textos sabemos e podemos trabalhar.

Os textos estabelecem diálogos com outros textos, seja no nível apenas dos conteúdos discursivos dos temas e figuras, seja no nível propriamente textual, em que as relações incluem também as aproximações entre planos da expressão. Daí a semiótica diferenciar interdiscursividade e intertextualidade. Os sentidos de um texto dependem sempre das relações, dos dois tipos apontados, que os textos mantêm com outros textos, com os quais concordam ou de que discordam. Em última instância, um texto dialoga com todos os outros textos em tempos e espaços diferentes. Para o exame de um texto são feitos recortes nos diálogos possíveis, com duas consequências metodológicas: a análise realizada não é a única possível, pois outras escolhas intertextuais podem ser efetuadas; a organização discursiva dos temas e figuras, examinada no item anterior, e as pistas que o texto traz de

recortes sócio-históricos indicam certas direções e restringem, dessa forma, as possibilidades de leitura.

Dois exemplos foram selecionados para mostrar o papel constitutivo dos diálogos intertextuais e interdiscursivos na produção dos sentidos dos textos: o primeiro é o exame do editorial *O samba do educador doido*, do *Jornal da Tarde*, de 9 de fevereiro de 1990 (BARROS, D., 1992), o segundo, o dos diálogos constitutivos das gramáticas do português (BARROS, D., 2008).

O editorial *O samba do educador doido* é um bom exemplo de pistas ou marcas de relações intertextuais, pois explicita o diálogo constitutivo de seus sentidos com o *Samba do crioulo doido*, de Stanislaw Ponte Preta (Sérgio Porto). Trata-se de uma alusão intertextual, para mostrar a ignorância, a burrice, o atraso e a loucura do professor das universidades públicas brasileiras, tal como ocorre com o “crioulo doido”, que conhece a História do Brasil pelos enredos das escolas de samba e que comete “erros” de português, ao usar a fala popular (*arresolveu*, etc.). Os trechos abaixo reproduzidos, do editorial e do samba, exemplificam o diálogo aludido:

Com erros grosseiros de português e com mentiras deslavadas, as três páginas do editorial do jornal da Andes mostram a que ponto podem chegar o embotamento de espírito e a alienação provocados pela deformação ideológica.

[...]

À luz do que acaba de ocorrer na União Soviética, **esse samba do educador doido** é mais uma prova da cegueira ideológica dos nossos docentes. No contexto da crise nacional é a demonstração de uma burrice que poderia ser cômica, caso não tivesse uma faceta trágica, na medida em que é essa gente que está (de) formando as novas gerações de estudantes universitários. (*O samba do educador doido*)

Foi em Diamantina  
Onde nasceu JK  
Que a Princesa Leopoldina  
Arresolveu se casá  
Mas Chica da Silva  
Tinha outros pretendentes  
E obrigou a princesa  
A se casar com Tiradentes  
[...]  
Da. Leopoldina virou trem  
E D. Pedro é uma estação também

O, ô , ô, ô, ô, ô  
O trem tá atrasado ou já passou. (*Samba do crioulo doido*).

No segundo exemplo, retomamos alguns resultados de pesquisa sobre a questão do preconceito e da intolerância nas gramáticas do português do século XVI à atualidade (BARROS, D., 2008), para verificar o papel dessas gramáticas na produção e/ou na reprodução de preconceitos e de ações intolerantes. O estudo inspira-se em textos de Izidoro Blikstein (1992, 2002) sobre o racismo na gramática comparada das línguas indo-europeias, sobretudo no século XIX, que mostram como os neogramáticos alemães desenvolveram as noções de arianismo e de prevalência de línguas, culturas e raças sobre outras, que formaram a base teórica do nazismo.

O racismo, que, com muita frequência, está mascarado nas manifestações de intolerância e preconceito linguístico, é, historicamente, considerado como um conceito e uma ideologia que se constituíram a partir do século XIX, quando a ideia de raça, em sentido biológico e genético, se tornou critério de diferenciação social e política (CHAUÍ, 1993).

No discurso das gramáticas do português, procuramos as marcas da intolerância principalmente nos diálogos interdiscursivos constitutivos dos sentidos desses discursos gramaticais. Buscamos assim as pistas da intolerância difusa anterior ao século XIX, sobretudo nas gramáticas portuguesas do século XVI, as marcas da intolerância nas relações interdiscursivas explicitadas das gramáticas brasileiras dos fins do século XIX e início do XX e, finalmente, os traços das novas formas de intolerância, próprias da segunda metade do século XX, nos diálogos assumidos pelas gramáticas brasileiras do período.

No século XVI, a gramática de Fernão de Oliveira (1975), por um lado, tem a preocupação em mostrar que o português não é igual ao latim (a língua “original”), o que a afasta dos discursos sobre a “pureza” da língua primeira, organizados no século XIX, por outro, põe ênfase na valorização da língua portuguesa, o que faz o discurso da gramática dialogar em conformidade com o discurso nacionalista e racista que presidiu à formação dos impérios coloniais. O diálogo com discurso nacionalista, que manifesta a paixão do amor à pátria, está claramente estabelecido na gramática, pois para mostrar a superioridade da língua portuguesa sobre as demais, Fernão de Oliveira (1975, p.88) parte do princípio de que cada um fala como quem é, de que são os homens que fazem a língua e de que os portugueses são um povo antigo, virtuoso e nobre, portanto, a língua portuguesa só pode ser melhor que as outras (“eu juraria que quem folga de ouvir língua estrangeira na sua terra, não é amigo de sua gente, nem conforme à música natural dela”).

Já as questões étnicas necessárias à construção do discurso propriamente racista aparecem de forma mais diluída, menos explícita, em figuras corporais, como nas citações que seguem:

Vem que umas gentes formam suas vozes mais no papo, como Caldeus e Arábigos, e outras nações cortam vozes, apressando-se mais em seu falar, mas nós falamos com grande repouso, como homens assentados (OLIVEIRA, 1975, p.39).

As nossas vozes acabam sempre em voz perfeita e desimpedida, o que não consentem as letras mudas, mas, ao contrário, atam a boca e cortam as dicções, que é próprio de mudos e grosseiros, como vemos quase nas gentes de terras frias, os quais Dido Virgiliana, respondendo a Ilioneu, quer entender que pela pouca participação do sol são menos perfeitas... (OLIVEIRA, 1975, p.67).

Ainda no século XVI, a gramática de João de Barros (1957, 1971) constrói-se pelo diálogo em conformidade, no corpo do texto, com o discurso gramatical dominante de valorização da origem latina, e, nos exemplos que propõe, concorda também com o discurso ético-religioso da Igreja Católica, com o discurso político da monarquia e com o discurso ufanista português.

Os exemplos, criados pelo autor, constituem um verdadeiro tratado de ensinamentos morais, religiosos e políticos, com muitos casos do que chamamos de intolerância e preconceitos difusos, e com forte preconceito religioso. Dois trechos ilustram a questão:

Contra Lutero, entre os bons, per bom caminho (BARROS, J., 1957, p.46, para exemplificar as preposições).

“Ler as obras de Lutero: nunca obedecer ao papa, é o mais seguro pèra a salvação”. Como julgaremos estas palavras não serem heréticas? com os pontos, porque a parte nunca tem força neste entendimento e onde se acosta, ali cai. Aqui destrui a precedente e não a sequente, ca dizemos: “Ler as obras de Lutero: nunca, obedecer ao papa, é o mais seguro pèra a salvação” (BARROS, J., 1957, p.67).

Em síntese, as gramáticas do século XVI, tendo em vista os diálogos que mantêm com os discursos gramaticais, religiosos e políticos daquele período histórico, produzem e reproduzem discursos intolerantes e preconceituosos de três tipos:

– um discurso claro de intolerância e preconceito religiosos (na gramática de João de Barros);

– um discurso difuso da “pureza” da língua “original”, sobre as relações com o latim (na gramática de João de Barros);

– um discurso racista difuso e mesclado com outras formas de preconceito e de intolerância, entre as quais a linguística, que serviu de base para os discursos colonialistas e para justificar a dominação colonial.

A partir da metade do século XIX, o discurso das gramáticas brasileiras dialoga em conformidade com o discurso naturalista de ciência, com a visão biológica da língua, com os discursos de afastamento de Portugal e de identidade da língua e da nação brasileira (de constituição do Estado brasileiro). Em contrapartida, polemiza com o discurso da gramática *metafísica e cerebrina* anterior, considerado pouco científico, e com o discurso da desvalorização da variante linguística brasileira em relação à portuguesa. Mesmo havendo diferenças entre os autores, todos eles constroem a identidade brasileira, de modo mais ou menos tímido e para isso valorizam os usos brasileiros, os exemplos de coisas e fatos brasileiros e, sobretudo, dialogam com o discurso da ciência fundamentado em perspectivas teóricas diferentes das de Portugal e seus gramáticos.

O diálogo com o discurso naturalista de ciência e com o da visão biológica de língua, discursos científicos da época, deixa entrever, nas gramáticas brasileiras, traços da ideologia da origem das línguas e de sua pureza. Esses discursos ajudaram a criar e a embasar os discursos racistas do século XIX. Há, porém, uma diferença nos discursos das gramáticas brasileiras do século XIX: os discursos de identidade da nação-estado brasileira constroem-se também pela “mistura” (com índios, negros, imigrantes) e não apenas pela “pureza” linguística (e de povo, e de “raça”).

O discurso da gramática de Júlio Ribeiro (1881) constitui-se por meio de vários diálogos com outros discursos sociais da época: com os discursos da ciência e da linguística, com os discursos de diferenciação, em relação a Portugal, e de identidade da língua e da nação brasileira. Em relação aos discursos da ciência, dialoga em conformidade com o discurso naturalista da época, apresenta uma visão biológica da língua, mostrando mesmo as aproximações que existem entre a seleção nas espécies e a seleção nas línguas, ou seja, com os discursos que embasaram o racismo historicamente constituído do século XIX, na Europa.

Maximino Maciel (1887) volta-se principalmente para acirradas polêmicas científicas. Os diálogos de sua gramática com outros discursos são mais ou menos os mesmos dos encontrados na gramática de Júlio Ribeiro: com os discursos da ciência (com as ciências naturais e, sobretudo, biológicas) e da gramática, com os discursos de afastamento em relação a Portugal e de identidade nacional.

O discurso da gramática de João Ribeiro (1904, 1930) também dialoga fortemente e em conformidade com o discurso naturalista da época e com o da linguística anglo-saxônica: o autor assume explicitamente o caráter biológico da língua e o método histórico-comparativo. Desse quadro de valores científicos decorre o seu discurso de afastamento de Portugal e de identidade da língua e da nação-estado brasileira, mas dele também resulta sua vacilação entre o discurso de valorização dos usos brasileiros “misturados” e o discurso clássico purista da

ideologia da pureza da língua original e, conseqüentemente, de povos, nações, raças...

Em resumo, no século XIX, o exame das gramáticas brasileiras apontou um discurso ambivalente, decorrente das relações interdiscursivas mantidas, sobretudo, com os discursos científicos da época e com os de formação da nação-estado brasileira: de um lado, o discurso gramatical fundamentado na ideologia da “pureza original” linguística dos estudos histórico-comparativos e dos estudos biológicos e genéticos sobre a evolução da espécie e os caracteres hereditários, que contribuíram para a formação do racismo histórico étnico-linguístico, de outro, o discurso nacionalista de formação do Estado brasileiro, que se contrapõe ao discurso ideológico da “pureza original”, pois a identidade linguística brasileira valorizada é a da “mistura” com outras línguas e usos (de índios, negros, imigrantes).

No século XX, no Brasil, a gramática assume funções pedagógicas, principalmente, e nela predomina o discurso da norma prescritiva, ou seja, de valorização de certos usos em detrimento de outros<sup>3</sup>. Isso se deve ao diálogo com os discursos da hierarquização social em classes e da relação entre língua e sociedade segmentada, embora, devido ao cruzamento com os discursos da linguística e, em particular, com os da sociolinguística, haja mais gradação entre os usos proibidos e os prescritos, ou seja, aumenta fortemente o rol de usos possíveis. Essas variantes aceitas ou permitidas mostram que se alargaram os limites possíveis do uso para que se permaneça no domínio da norma culta. As gramáticas aproximam-se assim das gramáticas de usos, do fim do século.

Por outro lado, esse tipo de gramática, com o discurso da norma prescritiva e um leque maior de usos aceitos (mas não prescritos), insere-se, em boa parte, mas de forma tímida, no quadro de valores do que Chauí (1993) chamou de discurso racista da diferença, que se construiu a partir dos discursos anti-racistas do século XX. As diferenças são mantidas como diferenças, mas separadas, segregadas, sem misturas. Há lugar, portanto, nas gramáticas, para as diferenças, mas sem contaminação entre o uso apenas aceitável e o bom uso prescrito. Essas gramáticas, claramente prescritivas, mas que aceitam um leque maior de usos diferentes, contribuem para a construção e a divulgação do discurso racista atual, das diferenças aceitas, mas segregadas, sem mistura.

Os dois exemplos escolhidos procuraram mostrar o papel das relações intertextuais e interdiscursivas na constituição dos sentidos do texto. No primeiro exemplo, foi selecionado um caso simples e frequente de alusão intertextual, no segundo, um caso mais complexo de relações interdiscursivas diversas, algumas polêmicas, outras contratuais.

---

<sup>3</sup> Ver Cunha (1970, 1972), Cunha e Cintra (1985).

## Relações com a semiótica do mundo natural

Nesta última parte do artigo, há uma clara mudança de patamar de análise. Se os temas e figuras da semântica discursiva e os diálogos intertextuais e interdiscursivos apontaram as relações do texto com as determinações sócio-históricas e, em decorrência, com a ideologia, as correlações entre a semiótica do mundo natural e a semiótica das línguas naturais ou outros sistemas de significação a ela relacionados tratam de questões das ligações entre palavras e coisas, entre língua e mundo.

Greimas (1970), em “*Conditions d’une sémiotique du monde naturel*”, afirma que o plano da expressão (a forma da expressão) do mundo natural torna-se plano do conteúdo (forma do conteúdo figurativo) das línguas naturais. Disso resulta, segundo o autor, que:

a) la corrélation entre le monde sensible et le langage naturel est à rechercher non au niveau des mots et des choses mais à celui des unités élémentaires de leur articulation;

b) le monde sensible est immédiatement présent jusque dans la forma linguistique et participe à sa constitution, en lui offrant une dimension de la signification que nous avons ailleurs appelée sémiologique (GREIMAS, 1970, p.56).

Assim, por exemplo, as unidades elementares do plano da expressão do mundo sensível *alto* vs. *baixo*, *reto* vs. *curvo*, *côncavo* vs. *convexo*, *liso* vs. *áspero* tornam-se traços figurativos do plano do conteúdo nas línguas. Várias são as consequências teóricas dessa proposta de Greimas:

- um texto não deve ser considerado como estruturalmente homogêneo, isto é, composto por um sistema semiótico único;

- com as correlações entre duas semióticas, a do mundo natural<sup>4</sup> e a das línguas naturais, a semiótica apresenta outra perspectiva de exame do referente;

- como as figuras do plano do conteúdo se constituem a partir do plano da expressão de outra semiótica, elas assumem o papel de produzir efeitos de sensorialidade no plano do conteúdo do texto;

- distinguem-se duas dimensões no universo imanente da significação, a semiológica e a semântica propriamente dita, que se caracterizam pelos termos da categoria metassêmica *exteroceptividade* vs. *interoceptividade* (GREIMAS, 1966) e de que decorrem relações diferentes entre os sistemas semióticos em geral e a semiótica do mundo sensível: é na dimensão semiológica que o mundo

---

<sup>4</sup> Mundo natural, na proposta de Greimas, não se opõe a cultural e sim a artificial.

natural oferece aos outros sistemas semióticos os elementos sensoriais - visuais, sonoros, táteis, etc. - constitutivos do plano de conteúdo figurativo desses sistemas; na dimensão semântica, ao contrário, são os sistemas semióticos em geral que participam da construção dos sentidos do mundo.

Os desenvolvimentos atuais da semiótica francesa, com os estudos sobre a percepção e os campos perceptivos (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001), dão continuidade a esse tipo de preocupação no quadro teórico da semiótica e constroem novos sentidos para a “exterioridade”.

O exame da “exterioridade”, na perspectiva semiótica, assume, portanto, rumos seguros e diferenciados: uma das direções considera as relações do texto com sua historicidade, analisando, sobretudo, os temas e figuras do discurso e os laços intertextuais e interdiscursivos; a outra examina as correlações entre os sistemas de significação e o mundo, considerado também como uma semiótica. Com o primeiro bloco de preocupações, a semiótica dialoga teoricamente com a História, a Sociologia, a Antropologia e com outros estudos do discurso, tais como a Análise do Discurso Francesa ou os estudos sobre a interação, e insere-se fortemente no quadro das disciplinas humanas e sociais. No segundo caminho, a teoria semiótica mantém relações estreitas com os estudos cognitivos. Os dois campos são complementares na busca empreendida pela semiótica dos sentidos dos textos e do homem.

BARROS, D. L. P. de. A semiotic approach to “Exteriority” in discourse. *Alfa*, São Paulo, v.53, n.2, p.351-364, 2009.

- *ABSTRACT: Semiotics of discourse does not deal with discourse “exteriority” as “exteriority”, in the sense of something that is external to the text or discourse, but also does not abstain from examining, under a different light and with different terms, that which is, in other theoretical approaches, known as “exteriority”. In Semiotics, socio-historical relations that participate in the construction of meaning in texts may be methodologically examined in three ways: through the analysis of the linguistic and discourse organization of texts, especially their thematic and figurative trajectory; through the exam of intertextual and interdiscourse relations weaved between texts and discourses; through the relation between two semiotics, that of the physical world, and that of the natural languages, which should not be searched for between words and things, but between the elementary units that constitute each semiotics.*
- *KEYWORDS: Semiotics of discourse. Socio-historical determinations. Themes and figures. Interdiscourse and intertextual relations. Semiotics of the physical world.*

## REFERÊNCIAS

BARROS, D. L. P. de. Preconceito e intolerância em gramáticas do português. In: BARROS, D. L. P.; FIORIN, J. L. (Org.). *A fabricação dos sentidos: estudos em*

homenagem a Izidoro Blikstein. São Paulo: Humanitas; Paulistana, 2008. p.339-363.

\_\_\_\_\_. Publicidade e figurativização. *Alfa*. São Paulo, v.48, n.2, p.11-31, 2004.

\_\_\_\_\_. A comunicação humana. In: FIORIN, J. L. (Org.) *Introdução à Linguística: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002. v.1. p.25-53.

\_\_\_\_\_. Procedimentos de desqualificação de discursos. *Itinerários*, Araraquara, n.3, p.149-164, 1992.

\_\_\_\_\_. *A festa do discurso: teoria do discurso e análise de redações de vestibulandos*. 1985. 592p. Tese (Livre-docência em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

BARROS, J. de. *Gramática da língua portuguesa: cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

\_\_\_\_\_. *Gramática da língua portuguesa*. 3.ed. Organizado por José Pedro Machado, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1957.

BLIKSTEIN, I. Linguistique, Indo-Européen et Racisme. *Cahier International du Centre d'Études et de Documentation de la Fondation Auschwitz*, Bruxelas, v.1, p.85-95, 2002.

\_\_\_\_\_. Indo-europeu, linguística e... racismo. *Revista da USP*, São Paulo, n.14, p.104-110, 1992.

CHAUÍ, M. de S. Racismo e cultura. *Princípios: revista de formação*, São Paulo, n.29, p.60-66, maio 1993.

CUNHA, C. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FENAME, 1972.

\_\_\_\_\_. *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: B. Álvares, 1970.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1988. (Série Princípios, 137).

FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. *Tensão e significação*. Tradução de Ivã Lopes et al. São Paulo: Discurso; Humanitas, 2001.

GREIMAS, A. J. Conditions d'une sémiotique du monde naturel. In: \_\_\_\_\_. *Du sens: essais sémiotiques*. Paris: Éditions du Seuil, 1970. p.49-91.

- \_\_\_\_\_. *Sémantique structurale: recherche de methode*. Paris: Larousse, 1966.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Contexto, 2008.
- MACIEL, M. A. *Grammatica analytica*. Rio de Janeiro: Typ. Central, 1887.
- OLIVEIRA, F. *Gramática da linguagem portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Grammatica da linguagem portuguesa*. 3.ed. Direção de Rodrigo de Sá Nogueira. Edições José F.: Lisboa, 1956.
- ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza*. 21.ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1930.
- \_\_\_\_\_. *Grammatica portugueza*. 11. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1904.
- RIBEIRO, Júlio. *Grammatica portugueza*. São Paulo: Typ. De Jorge Seckler, 1881.
- SAES, D. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- TOLEDO, R. P. Pode deixar o carro aí mesmo, doutor. *Veja*, São Paulo, n.1447, p.142, 5 jun. 1996.

Recebido em abril de 2009.

Aprovado em maio de 2009.